



Município de  
**Dois Vizinhos**  
Estado do Paraná

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA – DFD

PREENCHIMENTO PELA ÁREA REQUISITANTE

1- INFORMAÇÕES GERAIS

1.1- **Data prevista para conclusão do processo (Início da execução)**

Agosto de 2025.

1.2- **Descrição sucinta do objeto**

Aquisição de gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis a ser destinada a Merenda Escolar no ano letivo de 2025/2026.

1.3- **Grau de prioridade da compra ou da contratação**

Alta – A contratação é considerada de alta prioridade por se tratar do fornecimento de gêneros alimentícios para a merenda escolar, serviço essencial e contínuo que impacta diretamente na saúde, no aprendizado e na permanência dos alunos na escola. A interrupção desse fornecimento compromete o funcionamento regular das unidades de ensino, justificando a urgência e a relevância da contratação.

2- JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1- **Justificativa da necessidade da contratação**

Este processo licitatório é resultado da necessidade urgente de aquisição dos itens alimentícios que ficaram fracassados no procedimento anterior – Pregão Eletrônico n.º 90031/2025 –, cuja falta tem comprometido a regularidade e a continuidade do fornecimento da alimentação escolar. A insuficiência de estoque põe em risco a oferta de refeições aos alunos, podendo acarretar interrupções no serviço que impactam negativamente o bem-estar, a saúde e o aprendizado dos estudantes.

Diante disso, a contratação ora proposta é imprescindível para assegurar o atendimento imediato da demanda, resguardar o direito à alimentação escolar e garantir a efetividade das políticas públicas de educação e saúde no ambiente escolar, configurando-se como uma medida essencial ao interesse público.

2.2 **Indicação de vinculação ou dependência com o objeto de outro documento de formalização de demanda.**

Está relacionada com a Chamada Pública de aquisição de gêneros alimentícios diretamente da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural conforme §1º do art.14 da Lei nº 11.947/2009 e Resoluções do FNDE relativas ao PNAE.

3- MATERIAIS/SERVIÇOS

Decreto nº 10.947, de 2022.art. 8º

III – O quantitativo foi estimado nas quantidades de produtos solicitados os quais foram estipuladas de acordo com o consumo registrado de janeiro a dezembro do ano de 2024, estimativa de consumo foi por meio dos per captas e consta 500 alunos matriculados em tempo integral conforme estabelecido na **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017** é a legislação que institui a **educação em tempo integral nas escolas** no Brasil. Ela altera a **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei nº 9.394/1996)** e estabelece diretrizes para a implementação da jornada escolar ampliada, ou seja, a educação em tempo integral.

IV – O valor da contratação de **R\$ 638.054,30 (seiscentos e trinta e oito mil e cinquenta e**



Município de  
**Dois Vizinhos**  
Estado do Paraná

quatro reais e trinta centavos), baseando se na licitação anterior.

**ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO/SERVIÇO**

LOTE 1 – PRODUTOS NÃO PERECÍVEIS						
Item	Código do produto	Nome do produto/serviço	Qtde.	Un	Preço máximo	Preço máximo total
1.	436134	ADOÇANTE NATURAL dietético líquido, sem sacarina sódica e ciclamato de sódio. Frasco com no mínimo 100ml.	10	Un	8,93	89,30
2.	463570	CAFÉ SOLÚVEL EM PÓ DESCAFEINADO de alta qualidade, embalagem contendo 50 gramas. Deve conter a escrita "não contém glúten".	10.000	Un	14,62	146.200,00
3.	463568	CAFE SOLÚVEL EM PÓ GRANULADO de alta qualidade, embalagem contendo 200 gramas.	5.000	Un	22,16	110.800,00
4.	482951	CANELA EM RAMA Embalagem com 20 gramas.	200	Un	3,19	638,00
5.	463690	CANJICA BRANCA tipo 1, despeliculada, pacote com 0,500 gramas. Deve conter a escrita 'não contém glúten'.	1.000	Un	4,45	4.450,00
6.	463971	CEREAL MATINAL DE MILHO SEM AÇÚCAR embalagem de plástico de 500 g.	2.000	Un	13,83	27.664,00
7.	463971	CEREAL MATINAL SEM GLÚTEN/LACTOSE Deve constar na embalagem a ausência de glúten e leite no produto. Embalagem com no mínimo 200 gramas. Devem constar as características do produto, data de fabricação e validade, não inferior a 06 (seis) a partir da data de entrega.	400	Un	12,51	5.004,00
8.	480294	COOKIE INTEGRAL sem adição de leite e derivados. Embalagem de 150 gramas.	700	Un	15,86	11.102,00
9.	616981	COOKIE INTEGRAL SEM GLÚTEN Sem adição de leite e derivados. Embalagem de 150 gramas.	400	Un	15,86	6.344,00
10.	446536	CREME DE LEITE TIPO NATA SEM LACTOSE Creme de Leite: Teor de restrição: sem lactose. Características Adicionais: Creme tipo Nata, embalagem com mínimo de 200g.	400	Un	6,40	2.560,00
11.	462687	DOCE DE FRUTAS DIET Características: cremoso, sabores diversos, isento de açúcar. Embalagem com no mínimo 200 gramas.	2.000	Un	15,99	31.980,00
12.	447375	LEITE EM PÓ INTEGRAL SEM LACTOSE pode conter vitaminas e minerais. Embalagem de pelo menos 300 g.	2.000	Un	20,72	41.444,00
13.	480340	MACARRÃO ESPAGUETE SEM GLÚTEN Macarrão de arroz espagete sem glúten. Embalagem de pelo menos 400g.	1.000	Un	6,42	6.420,00
14.	458980	MASSA SECA PARAFUSO Com vegetais, com ovos, tipo Parafuso, embalagem de plástico de com no mínimo 500 g.	4.000	Un	7,43	29.720,00
15.	620493	MISTURA ALIMENTÍCIA 30% INTEGRAL Ingredientes: Leite Em Pó, Açúcar, Farinha De Aveia, Banana. Sabor: Aveia, Banana. Características Adicionais: Enriquecido Com Vitaminas e Minerais. Apresentação: Mistura Em pó, pacote com 400 gramas.	5.000	Un	12,90	64.500,00



Município de  
**Dois Vizinhos**  
Estado do Paraná

16.	620461	MISTURA ALIMENTÍCIA TORTA SALGADA Ingredientes: Farinha de Arroz, Amido de Milho, Polvilho Doce, Aplicação: Torta Salgada. Características Adicionais: Sem Glúten. Apresentação: Mistura em Pó, pacote com 300 gramas.	2.000	Un	7,13	14.260,00
17.	442811	SUCO DE LARANJA INTEGRAL Sem adição de açúcar. Embalagem de plástico de 900ml.	3.000	Un	16,21	48.630,00
<b>LOTE 2 – ALIMENTOS PERECÍVEIS</b>						
18.	463831	COUVE FLOR de 1o qualidade, sem danos mecânicos causados por pragas. Embalado em sacos de polietileno atóxico, inodoro e transparente. Cabeça de no mínimo 800g.	4.000	Un	10,34	41.360,00
19.	446707	IOGURTE NATURAL INTEGRAL ZERO LACTOSE Ingredientes Leite integral, leite em pó desnatado, proteínas lácteas, enzima lactase e fermentos lácteos. Embalagem de 170g.	3.500	Un	5,55	19.425,00
20.	482782	IOGURTE NATURAL Teor Gordura: Integral Sabor: Natural. Tipo Restrição: Zero Lactose. Embalagem de 500g. Feito com leite de vaca A2A2	2.000	Un	11,54	23.088,00
21.	463700	MARGARINA SEM LEITE/LACTOSE Gordura vegetal; tipo: margarina; subtipo: cremosa; composição básica: mínimo de 80% de gordura; sabor: sem sal; características adicionais: Sem traços de leite/Lactose, embalagem de no mínimo 500 gramas de polietileno atóxico e resistente	150	Un	15,84	2.376,00
22.	620868	PÃO TRADICIONAL SEM GLÚTEN Tipo sanduíche fatiado. Embalado em atmosfera protetora. Unidades de pelo menos 175 gramas.	300	Un	17,19	5.155,00
<b>VALOR TOTAL R\$</b>						<b>638.054,30</b>

**4- IDENTIFICAÇÃO DA ÁREA REQUISITANTE E RESPONSÁVEL**

**Área Requisitante (Unidade/Setor/Depto):**

**Secretaria de Educação e Cultura**

**Responsável(eis) pela demanda:**

**Nome: Leda Maria Ferrari**

**Matrícula: 99001-99002**

**Cargo/Função: Gestora: Gestora da Secretaria Municipal de Educação e Cultura**



# Município de **Dois Vizinhos** Estado do Paraná

## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

### INTRODUÇÃO

Este estudo é uma etapa no processo de planejamento do processo licitatório abaixo delineado, visando garantir a eficiência na utilização de recursos públicos e a adequação dos ambientes de trabalho das secretarias.

### 1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

**(art. 18 § 1º inciso I da Lei 14.133/2021)** descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;

A alimentação escolar é fundamental para o desenvolvimento físico, cognitivo e emocional dos alunos da rede pública de ensino, sendo um direito assegurado por lei e uma responsabilidade do Município. A ausência ou inadequação da alimentação prejudica diretamente o rendimento escolar, reduz a capacidade de concentração e aumenta a vulnerabilidade dos estudantes a doenças decorrentes da má nutrição.

Além disso, a merenda escolar exerce um papel pedagógico e social relevante, promovendo hábitos alimentares saudáveis e contribuindo para o enfrentamento da insegurança alimentar em famílias vulneráveis.

O Município tem o dever de garantir o fornecimento regular, contínuo e de qualidade dos gêneros alimentícios, em conformidade com as diretrizes do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e demais normas legais.

Este processo licitatório é resultado da necessidade urgente de aquisição dos itens alimentícios que ficaram fracassados no procedimento anterior – Pregão Eletrônico n.º 90031/2025 –, cuja falta tem comprometido a regularidade e a continuidade do fornecimento da alimentação escolar. A insuficiência de estoque põe em risco a oferta de refeições aos alunos, podendo acarretar interrupções no serviço que impactam negativamente o bem-estar, a saúde e o aprendizado dos estudantes.

Diante disso, a contratação ora proposta é imprescindível para assegurar o atendimento imediato da demanda, resguardar o direito à alimentação escolar e garantir a efetividade das políticas públicas de educação e saúde no ambiente escolar, configurando-se como uma medida essencial ao interesse público.



Município de  
**Dois Vizinhos**  
Estado do Paraná

## **2. LEVANTAMENTO DE POSSÍVEIS SOLUÇÕES E ANÁLISE COMPARATIVA**

**(art. 18 § 1º inciso V da Lei 14.133/2021 V – levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar;)**

Considerando que o procedimento licitatório na modalidade pregão eletrônico para aquisição dos itens relacionados à merenda escolar resultou em fracasso quanto a alguns itens, devido à ausência de propostas válidas, desclassificação das propostas apresentadas e inviabilidade econômica, foram analisadas as seguintes alternativas para atendimento da necessidade do município:

### **a) Negociação com licitantes remanescentes (art. 90, §1º da Lei nº 14.133/2021):**

Foi realizada a tentativa de negociação com os licitantes remanescentes do certame anterior, conforme orientação da pregoeira responsável, para que pudessem apresentar propostas válidas para os itens fracassados, respeitando a ordem de classificação e as condições do edital. Contudo, essa tentativa não obteve sucesso, não sendo possível obter propostas adequadas para contratação, inclusive devido aos preços apresentados que não atendiam à razoabilidade orçamentária.

### **b) Realização de novo procedimento licitatório para os itens fracassados:**

Diante do insucesso na negociação com os remanescentes e da necessidade de buscar propostas com condições econômicas mais vantajosas, opta-se por realizar novo certame específico para os itens fracassados. Essa alternativa visa ampliar a competitividade, possibilitar a participação de novos fornecedores e garantir a transparência do processo licitatório, assegurando melhores condições técnicas e econômicas para o município. Embora esta opção exija prazo maior para conclusão, é considerada a mais adequada para atender às exigências legais e ao interesse público.

### **c) Contratação direta por dispensa de licitação (art. 75, inciso V da Lei nº 14.133/2021):**

Caso o novo certame não obtenha sucesso, será avaliada a possibilidade de contratação direta por dispensa, mediante justificativa técnica e econômica fundamentada em pesquisa e cotação atualizada de preços.

### **Análise técnica e financeira:**

A análise econômica das cotações realizadas demonstrou que os preços apresentados nas propostas anteriores estavam acima dos valores considerados razoáveis e compatíveis com o orçamento disponível para a



Município de  
**Dois Vizinhos**  
Estado do Paraná

aquisição dos itens da merenda escolar. A inviabilidade econômica das propostas contribuiu diretamente para o fracasso do certame, reforçando a necessidade de buscar alternativas que garantam o equilíbrio entre custo e qualidade.

A realização de novo procedimento licitatório visa ampliar a concorrência, o que tende a resultar em propostas mais vantajosas financeiramente, assegurando a obtenção de preços compatíveis com a realidade de mercado e com as limitações orçamentárias do município.

Além disso, o novo certame permitirá maior transparência e controle sobre os preços praticados, evitando gastos excessivos e promovendo a melhor alocação dos recursos públicos destinados à alimentação escolar.

Assim, após análise técnica e financeira, **a decisão inicial é pela realização de novo procedimento licitatório para os itens fracassados**, priorizando o princípio da competitividade, a segurança jurídica do processo e a eficiência na aplicação dos recursos públicos, garantindo o atendimento adequado às necessidades da alimentação escolar do município.

### **3. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO.**

**(art. 18 § 1º inciso VIII da Lei 14.133/2021)** justificativas para o parcelamento ou não da contratação:

Optou-se por parcelar a contratação com o objetivo de incentivar a competição direta entre fornecedores, permitindo que cada um apresente propostas mais competitivas para itens individuais. Essa abordagem é preferível ao agrupamento de itens em lotes, pois este poderia limitar a participação de fornecedores especializados em produtos específicos e reduzir a competitividade do certame.

Ao optar pela competição item a item, busca-se garantir a aquisição mais vantajosa, selecionando fornecedores com melhores preços em cada categoria de produto, o que contribui para a maximização da eficiência e para a economia dos recursos públicos.

Além disso, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, para contratos com valor superior a R\$ 80.000,00, será reservada uma cota mínima de 25% para microempresas e empresas de pequeno porte, enquanto os 75% restantes são destinados à ampla concorrência. Esse mecanismo visa promover a inclusão de pequenos negócios, assegurando equilíbrio entre a competitividade do processo licitatório e a participação de empresas de maior porte, garantindo um processo justo e acessível para diferentes perfis de fornecedores.





Município de  
**Dois Vizinhos**  
Estado do Paraná

#### 4. ESTIMATIVA DE QUANTIDADE

(art. 18 § 1º inciso IV da Lei 14133/2021) estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;

A estimativa das quantidades para a contratação foi elaborada pela nutricionista responsável pela merenda escolar, com base no consumo histórico e nas necessidades previstas para o ano letivo de 2025 e 2026, considerando o número atual de alunos e a ampliação do ensino em tempo integral no município.

Não há memórias de cálculo formais ou documentos adicionais que fundamentem essa estimativa, pois a mesma é realizada com base na experiência técnica e no conhecimento detalhado das demandas da alimentação escolar, assegurando que as quantidades atendam adequadamente às necessidades nutricionais dos alunos.

Destaca-se que essa mesma estimativa foi utilizada no processo licitatório anterior, no qual alguns itens foram fracassados, sendo o insucesso decorrente de fatores diversos que não há precisão da estimativa de quantidades.

LOTE 1 – PRODUTOS NÃO PERECÍVEIS		
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
1	ADOÇANTE NATURAL dietético líquido, sem sacarina sódica e ciclamato de sódio. Frasco com no mínimo 100ml.	10
2	CAFÉ SOLÚVEL EM PÓ DESCAFEINADO de alta qualidade, embalagem contendo 50 gramas. Deve conter a escrita "não contém glúten".	10.000
3	CAFE SOLÚVEL EM PÓ GRANULADO de alta qualidade, embalagem contendo 200 gramas.	5.000
4	CANELA EM RAMA Embalagem com 20 gramas.	200
5	CANJICA BRANCA tipo 1, despeliculada, pacote com 0,500 gramas. Deve conter a escrita 'não contém glúten'.	1.000
6	CEREAL MATINAL DE MILHO SEM AÇÚCAR embalagem de plástico de 500 g.	2.000
7	CEREAL MATINAL SEM GLÚTEN/LACTOSE Deve constar na embalagem a ausência de glúten e leite no produto. Embalagem com no mínimo 200 gramas. Devem constar as características do produto, data de fabricação e validade, não inferior a 06 (seis) a partir da data de entrega.	400
8	COOKIE INTEGRAL sem adição de leite e derivados. Embalagem de 150 gramas.	700



Município de  
**Dois Vizinhos**  
Estado do Paraná

9	COOKIE INTEGRAL SEM GLÚTEN Sem adição de leite e derivados. Embalagem de 150 gramas.	400
10	CREME DE LEITE TIPO NATA SEM LACTOSE Creme de Leite: Teor de restrição: sem lactose. Características Adicionais: Creme tipo Nata, embalagem com mínimo de 200g.	400
11	DOCE DE FRUTAS DIET Características: cremoso, sabores diversos, isento de açúcar. Embalagem com no mínimo 200 gramas.	2.000
12	LEITE EM PÓ INTEGRAL SEM LACTOSE pode conter vitaminas e minerais. Embalagem de pelo menos 300 g.	2.000
13	MACARRÃO ESPAGUETE SEM GLÚTEN Macarrão de arroz espagete sem glúten. Embalagem de pelo menos 400g.	1.000
14	MASSA SECA PARAFUSO Com vegetais, com ovos, tipo Parafuso, embalagem de plástico de com no mínimo 500 g.	4.000
15	MISTURA ALIMENTÍCIA 30% INTEGRAL Ingredientes: Leite Em Pó, Açúcar, Farinha De Aveia, Banana. Sabor: Aveia, Banana. Características Adicionais: Enriquecido Com Vitaminas e Minerais. Apresentação: Mistura Em pó, pacote com 400 gramas.	5.000
16	MISTURA ALIMENTÍCIA TORTA SALGADA Ingredientes: Farinha de Arroz, Amido de Milho, Polvilho Doce, Aplicação: Torta Salgada. Características Adicionais: Sem Glúten. Apresentação: Mistura em Pó, pacote com 300 gramas.	2.000
17	SUCO DE LARANJA INTEGRAL Sem adição de açúcar. Embalagem de plástico de 900ml.	3.000
<b>LOTE 2 – ALIMENTOS PERECÍVEIS</b>		
18	COUVE FLOR de 1o qualidade, sem danos mecânicos causados por pragas. Embalado em sacos de polietileno atóxico, inodoro e transparente. Cabeça de no mínimo 800g.	4.000
19	IOGURTE NATURAL INTEGRAL ZERO LACTOSE Ingredientes Leite integral, leite em pó desnatado, proteínas lácteas, enzima lactase e fermentos lácteos. Embalagem de 170g.	3.500
20	IOGURTE NATURAL Teor Gordura: Integral Sabor: Natural. Tipo Restrição: Zero Lactose. Embalagem de 500g. Feito com leite de vaca A2A2	2.000
21	MARGARINA SEM LEITE/LACTOSE Gordura vegetal; tipo: margarina; subtipo: cremosa; composição básica: mínimo de 80% de gordura; sabor: sem sal; características adicionais: Sem traços de leite/Lactose, embalagem de no mínimo 500 gramas de polietileno atóxico e resistente	150
22	PÃO TRADICIONAL SEM GLÚTEN Tipo sanduíche fatiado. Embalado em atmosfera protetora. Unidades de pelo menos	300





Município de  
**Dois Vizinhos**  
Estado do Paraná

175 gramas.	
-------------	--

## 5. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

(art. 18 § 1º inciso VI da Lei 14.133/2021) estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;

O valor estimado da contratação é de **R\$ 638.054,30 (seiscentos e trinta e oito mil e cinquenta e quatro reais e trinta centavos)**. Este valor leva em consideração a aquisição dos produtos necessários para a composição do cardápio escolar, incluindo adaptações para atender às necessidades alimentares específicas dos alunos, em conformidade com a legislação vigente.

## 6. ANÁLISE DOS RISCOS

(art. 18 § 1º inciso X da Lei 14.133/2021) a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;

Em anexo.

## 7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

(art. 18 § 1º inciso VII da Lei 14.133/2021) descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso;

Com o objetivo de assegurar a continuidade da oferta de refeições escolares nutricionalmente adequadas, equilibradas e seguras, a Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SEMED) propõe a abertura de novo processo licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, para o fornecimento de gêneros alimentícios destinados à alimentação escolar no biênio 2025/2026.

Esta nova licitação visa suprir itens que não tiveram êxito em processo anterior, garantindo o atendimento integral às demandas das unidades escolares, especialmente diante do crescimento no número de estudantes, impulsionado pela expansão da rede municipal de ensino e pelo aumento de alunos em tempo integral.

A definição dos itens e respectivas quantidades foi baseada em dados de consumo real do ano de 2024, com projeções atualizadas para o próximo período letivo. Os cardápios foram elaborados por nutricionistas da SEMED, considerando as faixas etárias, necessidades nutricionais específicas dos alunos, inclusive aqueles com restrições alimentares ou condições de saúde diferenciadas, e as diretrizes do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).



# Município de **Dois Vizinhos** Estado do Paraná

Além de atender à legislação vigente, em especial a Lei nº 14.133/2021, a contratação visa garantir a eficiência na aplicação dos recursos públicos, promover a competitividade entre fornecedores e assegurar o fornecimento contínuo de alimentos com qualidade, variedade e valor nutricional adequado.

Por fim, serão mantidas ações rigorosas de controle e fiscalização durante a execução do contrato, assegurando o cumprimento das exigências sanitárias, o padrão de qualidade dos produtos e o impacto positivo sobre a saúde, o bem-estar e o desempenho escolar dos alunos.

## **8. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO** **(art. 18 § 1º inciso III da Lei 14.133/2021)**

Como requisito da contratação será requerido o seguinte documento:

- a) Atestado de Capacidade Técnica que comprove a entrega de materiais com características semelhantes ao objeto desta licitação.
- b) Alvará expedido pela vigilância sanitária em plena validade, expedido pela autoridade sanitária competente.
- c) Condições higiênico sanitárias de entrega de acordo com a resolução nº 275 de 21 de outubro de 2002 e Portaria nº 326 de 30 de julho de 1997.

### **Alimentos Perecíveis:**

Os alimentos perecíveis devem atender a padrões rigorosos de qualidade e frescor para garantir a segurança alimentar e a satisfação do cliente.

Os fornecedores de alimentos perecíveis devem demonstrar práticas seguras de manuseio e armazenamento para garantir a integridade dos produtos durante o transporte e o armazenamento.

Se os alimentos perecíveis exigirem refrigeração ou congelamento, os fornecedores devem ter sistemas de transporte e armazenamento que mantenham a cadeia de frio intacta para evitar a deterioração dos produtos.

Os alimentos perecíveis devem ser claramente rotulados com informações sobre a data de validade, condições de armazenamento e qualquer outra informação relevante para o consumidor e de acordo com o disposto pela ANVISA.

Os gêneros deverão ser entregues de forma a garantir a qualidade e o grau de maturação durante o período de uso, caso se apresentarem impróprios para consumo (larvas, insetos, bolores, deterioração), após período de entrega, deverão ser trocados ou substituídos em até 24 (vinte e quatro) horas, para plena execução do cardápio.



# Município de **Dois Vizinhos** Estado do Paraná

## **Alimentos Não Perecíveis:**

- Embora os alimentos não perecíveis possam ter uma vida útil mais longa, eles ainda devem atender a padrões de qualidade e segurança alimentar para garantir que sejam seguros para consumo.
- Os alimentos não perecíveis devem ser embalados de forma adequada para protegê-los de danos durante o transporte e o armazenamento, além de garantir sua integridade até o momento do consumo.
- Os alimentos não perecíveis devem ser rotulados corretamente de acordo com as regulamentações locais, incluindo informações nutricionais, lista de ingredientes, data de validade e instruções de armazenamento.

## **Controle de Qualidade:**

I – Os gêneros entregues, conforme os tipos deverão atender ao disposto do edital e na legislação pertinente em vigor, estabelecida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária/Ministério da Saúde e pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Durante a execução do contrato, a qualquer tempo, a contratante se reserva no direito de recolher/coletar amostras de gêneros nas unidades escolares, Gerência de Alimentação Escolar, local mando pela contratada e fornecedores ou quando do ato da entrega, para análise microscópica, físico-química, microbiológica e de resíduos químicos (pesticidas, antibióticos), Limite Máximo de Resíduos e outros conforme o caso, sendo às expensas por conta da contratada.

II – Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, caso não atendam às especificações do Termo de Referência, da proposta e da legislação aplicável. A contratada será notificada para substituir os produtos em conformidade, no prazo máximo de 02 (dois) dias, às suas custas, com a suspensão da entrega, sem prejuízo das penalidades e a entrega será suspensa:

a) Até a regularização, sem direito à entrega retroativa, podendo a contratada ter seu contrato rescindido no caso de não correção da falha ou reincidência.

b) Caso o gênero seja reprovado, tanto na análise sensorial quanto na laboratorial, a contratada será automaticamente notificada. Persistindo na manutenção do gênero reprovado, a contratada poderá ter seu contrato rescindido e estará sujeita à instauração de um Processo Administrativo, podendo resultar em sanções administrativas, conforme as disposições contratuais e legais aplicáveis.

III – A Contratada deverá manter no(s) veículo(s) de transporte, balança eletrônica de precisão ferida periodicamente, para a conferência dos



Município de  
**Dois Vizinhos**  
Estado do Paraná

quantitativos entregues, quando houver falta do equipamento na unidade escolar.

A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade, se cabíveis ao objeto.

O recebimento provisório ou definitivo do objeto pela área responsável não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato ou por vícios do produto.

A Contratada deverá assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica sobre a qualidade e especificação dos produtos que serão entregues.

A Contratada deverá fornecer diretamente o produto, não podendo transferir a responsabilidade pelo objeto licitado para nenhuma outra empresa ou instituição de qualquer natureza.

Prestará todos os esclarecimentos técnicos que lhe forem solicitados relacionados com as características dos produtos/serviços fornecidos.

Necessitará executar, fielmente, as entregas de acordo com as requisições expedidas, não se admitindo modificações sem prévia consulta e concordância da Contratante.

A Contratada se obriga a executar os serviços ou a entrega dos produtos de acordo com os prazos e critérios estipulados, em dias, locais e quantidades determinadas.

Manter durante toda a execução deste objeto, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação.

A Contratada é obrigada a pagar todos os tributos, contribuições fiscais que incidam ou venham a incidir, direta e indiretamente, sobre os materiais adquiridos, fornecer Nota Fiscal correspondente aos produtos comercializados, igual ao descrito em Nota de Empenho, assim como se responsabilizar pelas despesas operacionais e administrativas, de mão de obra dos produtos, transporte até o local da entrega que será previamente indicado.

Quando a aquisição for adquirida pelo Município através de Transferências Especiais de Recursos Federais ou Estaduais ou verba parlamentar é imprescindível indicar nas observações da Nfe, o número do



Município de  
**Dois Vizinhos**  
Estado do Paraná

convênio, número do Edital, documentos estes que comprovam o nexo causal entre recursos repassados e as despesas realizadas.

**INSTALAÇÃO DE ESCRITÓRIO**

( ) SIM

(x) NÃO

**9. JUSTIFICATIVAS**

(Art. 18, inciso IX da Lei 14133/2021) A motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;

**Qualificação Técnica:**

A exigência de qualificação técnica tem por finalidade assegurar que os fornecedores possuam a experiência, a estrutura e a capacidade necessárias para executar o objeto contratado com qualidade e responsabilidade. Trata-se de uma medida indispensável para garantir o cumprimento das normas vigentes de higiene, segurança alimentar e controle de qualidade, especialmente em se tratando do fornecimento de gêneros alimentícios destinados à alimentação escolar.

Ao comprovar a aptidão técnica por meio de atestados de capacidade, certificados e demais documentos pertinentes, o licitante demonstra que está apto a atender às exigências específicas do contrato, reduzindo riscos operacionais e assegurando o fornecimento regular e adequado dos produtos.

Essa exigência contribui para a eficiência na execução contratual, a conformidade com os padrões técnicos definidos pela legislação e pelas diretrizes do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), e o atendimento pleno às necessidades nutricionais dos estudantes da rede pública municipal.

**Qualificação Econômico-Financeira:**

A exigência de qualificação econômico-financeira tem como objetivo verificar a saúde financeira e a capacidade de cumprimento das obrigações assumidas pelos licitantes ao longo da execução contratual. Trata-se de uma medida preventiva, que visa minimizar riscos de inadimplemento, descontinuidade no fornecimento e prejuízos à administração pública.





Município de  
**Dois Vizinhos**  
Estado do Paraná

A análise da situação econômico-financeira será feita com base em documentos como balanço patrimonial, demonstrações contábeis do último exercício social, índices de liquidez e solvência, e, quando aplicável, certidões negativas de falência ou recuperação judicial.

Essa exigência é especialmente relevante no contexto da alimentação escolar, onde a regularidade no fornecimento e a estabilidade contratual são essenciais para garantir o direito dos alunos a refeições diárias e equilibradas. Assim, a qualificação econômico-financeira contribui para assegurar a continuidade do serviço, a segurança na aplicação dos recursos públicos e o pleno atendimento aos objetivos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

#### **10. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS e CONTRATAÇÃO SUSTENTÁVEL**

**(art. 18 § 1º inciso XII da Lei 14.133/2021)** descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável;

Atenta aos possíveis impactos ambientais decorrentes da execução contratual, a Administração Municipal estabelece que a empresa contratada deverá adotar práticas alinhadas ao desenvolvimento nacional sustentável, conforme o artigo 225 da Constituição Federal de 1988 e as diretrizes da legislação ambiental vigente.

A contratação de gêneros alimentícios para a alimentação escolar envolve etapas que podem gerar efeitos ambientais significativos, os quais devem ser cuidadosamente gerenciados. Entre os principais pontos críticos estão o transporte e a embalagem dos produtos. Longas distâncias no deslocamento de alimentos contribuem para a emissão de gases de efeito estufa, enquanto o uso excessivo de embalagens plásticas e não recicláveis agrava o problema da geração de resíduos sólidos.

Outro aspecto relevante está nos métodos de produção agrícola. O uso intensivo de agrotóxicos e fertilizantes químicos pode causar degradação do solo e contaminação de corpos d'água. Em contrapartida, práticas sustentáveis como o cultivo orgânico, a rotação de culturas e o uso racional dos recursos naturais promovem a preservação ambiental.

Para mitigar esses impactos, a Administração prioriza a contratação de fornecedores locais, especialmente cooperativas da agricultura familiar, o que reduz a pegada de carbono no transporte e fomenta práticas de produção mais sustentáveis.





## Município de **Dois Vizinhos** Estado do Paraná

Também se destaca a importância de medidas para reduzir o desperdício de alimentos no ambiente escolar. A adoção de boas práticas de armazenamento, planejamento adequado dos cardápios e campanhas de conscientização junto a alunos e servidores são estratégias fundamentais para minimizar perdas e o descarte inadequado de resíduos orgânicos.

Além disso, será valorizada a contratação de empresas que utilizem embalagens recicláveis, reutilizáveis ou biodegradáveis, bem como aquelas que demonstrem comprometimento com práticas ambientais responsáveis ao longo de sua cadeia produtiva.

Dessa forma, busca-se garantir que a execução do contrato contribua para a promoção de uma alimentação escolar saudável, ao mesmo tempo em que se preservam os recursos naturais e se incentiva uma cultura de sustentabilidade no âmbito da administração pública.

### **11. DEMONSTRATIVOS DOS RESULTADOS PRETENDIDOS**

**(art. 18 § 1º inciso IX da LEI 14.133/2021)** demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis;

A contratação de fornecedores de gêneros alimentícios, por meio da modalidade **Pregão Eletrônico**, tem como objetivo garantir uma execução eficiente, transparente e segura da política pública de alimentação escolar, alcançando os seguintes resultados:

#### **1. Eficiência na utilização dos recursos públicos**

Visa-se otimizar a aplicação dos recursos financeiros municipais, assegurando a aquisição de alimentos de qualidade com o melhor custo-benefício, sempre dentro dos limites orçamentários disponíveis. A competitividade do Pregão Eletrônico permite a obtenção de propostas mais vantajosas, contribuindo para uma gestão pública mais eficiente e responsável.

#### **2. Atendimento às necessidades nutricionais dos alunos**

Os cardápios serão elaborados por nutricionistas da rede municipal, respeitando as diretrizes do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), com foco nas diferentes faixas etárias, nas condições de saúde específicas dos alunos e na promoção de hábitos alimentares saudáveis. As refeições fornecidas visam apoiar o pleno desenvolvimento físico, cognitivo e emocional dos estudantes.

#### **3. Garantia da qualidade e segurança alimentar**

A contratação observará rigorosamente os critérios de qualidade exigidos pelas normativas vigentes, especialmente a **Resolução nº 6/2020 do FNDE**, assegurando que todos os alimentos adquiridos estejam em conformidade com



# Município de **Dois Vizinhos** Estado do Paraná

as normas higiênico-sanitárias, com rastreabilidade e fiscalização contínua dos produtos e fornecedores.

#### 4. **Promoção da competitividade e da transparência**

O Pregão Eletrônico amplia a participação de fornecedores, promovendo ampla concorrência e garantindo a isonomia entre os participantes. O processo assegura maior transparência e controle social, com critérios objetivos de julgamento (como menor preço ou técnica e preço), possibilitando à Administração a escolha da proposta mais vantajosa.

#### 5. **Atenção à ampliação do tempo integral**

Com o aumento do número de alunos matriculados em escolas de tempo integral, a presente contratação busca assegurar o fornecimento regular e suficiente de refeições, atendendo com eficiência à demanda ampliada das unidades escolares.

#### 6. **Conformidade legal**

Todo o processo será conduzido em conformidade com a **Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos)**, bem como com a **Lei nº 11.947/2009**, que rege a alimentação escolar no âmbito do PNAE, garantindo legalidade, transparência e respeito aos direitos fundamentais dos estudantes da rede pública.

Além disso, o objeto contratado é classificado como **bens e serviços comuns**, ou seja, produtos cujas especificações e padrões de desempenho podem ser definidos com clareza no edital, conforme parâmetros técnicos amplamente aceitos pelo mercado, o que justifica plenamente a adoção do Pregão Eletrônico como modalidade licitatória.

#### 12. **REGIME DE FORNECIMENTO**

(Art. 18, inciso VII da Lei 14.133/2021) o regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;

O presente procedimento refere-se ao fornecimento de bens comuns.

A aquisição de tais bens destina-se ao fornecimento de produtos alimentícios para a merenda escolar, com foco na qualidade nutricional, sustentabilidade e valorização da produção local. Dada a natureza da contratação, não há a necessidade de execução de serviços ou obras, sendo o objetivo primordial o fornecimento contínuo dos produtos conforme as especificações do cardápio e a demanda das unidades de ensino.

Além disso, o regime de fornecimento foi planejado de forma a garantir a economia de escala, buscando a melhor relação custo-benefício para o



Município de  
**Dois Vizinhos**  
Estado do Paraná

município e considerando as particularidades da aquisição de produtos da agricultura familiar, que prioriza a compra direta de pequenos produtores e suas organizações, respeitando as diretrizes do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

**13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL**

**(art. 18 § 1º inciso X da LEI 14.133/2021)** providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual;

Não há necessidade de providências específicas. O gestor, fiscal e suplente designados para o contrato são servidores experientes e não terão dificuldade na fase de execução contratual.

Indicar se no processo devido à complexidade ou natureza do objeto será necessário acompanhamento de Fiscal Técnico.

Relação de Gestor e Fiscais	
Gestor:	Leda Maria Ferrari
Fiscal Administrativo:	Bianca Cristina Schreiber
Fiscal de Recebimento/Execução:	Tatiana Dalpasqual Duarte
Suplentes:	Jailene Dal Bosco
Fiscal Técnico:	Ana Luisa Barbosa

Fiscais de Recebimento	
<b>Fiscal</b>	<b>Tatiana Dalpasqual Duarte</b>
Suplente	Letícia Alves Borges de Barros
<b>Fiscal</b>	<b>Sibele Vicari Zancanaro</b>
Suplente	Romancilda Machado Biavati
<b>Fiscal</b>	<b>Scheila de Col</b>
Suplente	Fatima Aparecida Matias
<b>Fiscal</b>	<b>Eliane Galvan Tonial</b>
Suplente	Gislene Constante Galvan
<b>Fiscal</b>	<b>Claudia Mertens Suhre</b>
Suplente	Poliana Aparecida Meredik Capelesso
<b>Fiscal</b>	<b>Joelma Aparecida Formighieri</b>



Município de  
**Dois Vizinhos**  
Estado do Paraná

Suplente	Andrea Salvador Ferreira
<b>Fiscal</b>	<b>Giceli Aparecida M. Libardoni</b>
Suplente	Claudia Silvana Vargas
<b>Fiscal</b>	<b>Juliana Danieli Perin</b>
Suplente	Roseli Aparecida B. Henkes
<b>Fiscal</b>	<b>Carla Giovana Basso</b>
Suplente	Neori Mateus Favero
<b>Fiscal</b>	<b>Andreana Salvador Jasinski</b>
Suplente	Eleniuce Padilha de Almeida França
<b>Fiscal</b>	<b>Cláudia Daniela Cazzare</b>
Suplente	Daiane Malacarne
<b>Fiscal</b>	<b>Sílvia Rubert</b>
Suplente	Terenice Alves de Moraes
<b>Fiscal</b>	<b>Fabio Aurelio Grandi</b>
Suplente	Mariza P Da Silva Loss
<b>Fiscal</b>	<b>Roselane Loff Nercolini</b>
Suplente	Márcia Cristina Senem
<b>Fiscal</b>	<b>Vera Lucia de Lima Franco Guse Claudino</b>
Suplente	Caroline Maria Allein Lorenzett
<b>Fiscal</b>	<b>Sheila Maria Leite da Silva</b>
Suplente	Gorete Maria Segato
<b>Fiscal</b>	<b>Tânia Mara Mondardo Baggio</b>
Suplente	Claudiane Santos Pacheco
<b>Fiscal</b>	<b>Tatiani Raffaelli</b>
Suplente	Kelli Giacomini
<b>Fiscal</b>	<b>Joelma Cabral Araujo</b>
Suplente	Jussara F . Segalla Bif
<b>Fiscal</b>	<b>Fernanda Hubner de Lima</b>
Suplente	Digeani Macagnan
<b>Fiscal</b>	<b>Lucineia Montegutti Balbinotti.</b>
Suplente	Jaqueline de Souza Cazella.
<b>Fiscal</b>	<b>Ivonete Fatima Bortolossi</b>



Município de  
**Dois Vizinhos**  
Estado do Paraná

Suplente	Andressa Aparecida Panisson Santiago
<b>Fiscal</b>	<b>Juliana Cristina Ruaro</b>
Suplente	Dandara Rezende

**14. CONTRATAÇÕES CORRELATAS e/ou INTERDEPENDENTES**  
**(art. 18 § 1º inciso XI da Lei 14.133/2021)**

Está relacionada com a Chamada Pública de aquisição de gêneros alimentícios diretamente da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural conforme §1º do art.14 da Lei nº 11.947/2009 e Resoluções do FNDE relativas ao PNAE.

**15. ALINHAMENTO COM O PAC**

**(art. 18 § 1º inciso II da Lei 14133/2021)** demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração;

O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir:

- I) ID PCA no PNCP: 76205640000108-0-000001/2025
- II) Data de publicação no PNCP: 17/06/2024
- III) Identificador da Futura Contratação: 987541-228/2025
- IV) Id do item no PCA, Classe/Grupo: Conforme tabela baixo:

ID DO ITEM NO PCA	NOME DA CLASSIFICAÇÃO SUPERIOR (CLASSE/GRUPO)	DESCRIÇÃO DO ITEM
2894	Alimentos Especiais Dietéticos e Preparados Alimentícios	Aspecto físico: líquido, características adicionais: acidulante ácido cítrico, de sódio, ingredientes: sucralose, acessulfame de potássio, benzoato de sód, tipo: dietético
2875	Condimentos e produtos correlatos	Tipo: canela, apresentação: pó
2890	Café, chá e chocolate	Apresentação: solúvel granulado, intensidade: média, tipo: tradicional, característica adicional: descafeinado
2911	Café, chá e chocolate	Apresentação: solúvel granulado, intensidade: média, tipo: tradicional
2861	Produtos de panificação e cereais	Tipo: flocos pré-cozidos, ingredientes principais: milho, ingredientes adicionais: fortificado com vitaminas e minerais, característica adicional: sem açúcar
2862	Produtos de panificação e cereais	Tipo: flocos pré-cozidos, ingredientes principais: milho, ingredientes adicionais: fortificado com vitaminas e minerais, característica adicional: sem açúcar
2900	Produtos de panificação e cereais	Características adicionais: integral, ingredientes: açúcar, farinha de trigo integral, manteiga, sabor: baunilha, tipo:



Município de  
**Dois Vizinhos**  
Estado do Paraná

		cookies.
2901	Produtos de panificação e cereais	Características adicionais: sem lactose, sem glúten, sabor: cacau, tipo: cookies.
2815	Frutas, Verduras e legumes	Tipo: couve-flor
2893	Ovos e laticínios	Teor gordura: 21 a 40% de gordura, processamento: uht
2793	Ovos e laticínios	Tipo: iogurte natural, Teor gordura: integral, sabor: sem sabor
2794	Ovos e laticínios	Tipo: iogurte natural, Teor gordura: integral, sabor: sortidos, componentes: com polpa ou pedaços de fruta, tipo restrição: zero lactose
2789	Ovos e laticínios	Origem: de vaca, teor gordura: integral, solubilidade: instantâneo, tipo restrição: zero lactose
2849	Produtos de panificação e cereais	Teor de umidade: massa seca, base da massa: de farinha de trigo, apresentação: letrinhas
2870	Óleos e gorduras comestíveis	Tipo: margarina, subtipo: cremosa, composição básica: mínimo de 80% de gordura, sabor: sem sal
2846	Produtos de panificação e cereais	Teor de umidade: massa seca, base da massa: de farinha de trigo, apresentação: com ovos parafuso
2891	Bebidas não alcoólicas	Apresentação: Líquido, sabor: uva, tipo: integral, características adicionais: concentrado e sem adição de açúcar, validade: 5

ITENS NÃO CONTEMPLADOS	
463690	CANJICA BRANCA tipo 1, despelculada, pacote com 0,500 gramas. Deve conter a escrita 'não contém glúten'.
462687	DOCE DE FRUTAS DIET Características: cremoso, sabores diversos, isento de açúcar. Embalagem com no mínimo 200 gramas.
620493	MISTURA ALIMENTÍCIA 30% INTEGRAL Ingredientes: Leite Em Pó, Açúcar, Farinha De Aveia, Banana. Sabor: Aveia, Banana. Características Adicionais: Enriquecido Com Vitaminas e Minerais. Apresentação: Mistura Em pó, pacote com 400 gramas.
620461	MISTURA ALIMENTÍCIA TORTA SALGADA Ingredientes: Farinha de Arroz, Amido de Milho, Polvilho Doce, Aplicação: Torta Salgada. Características Adicionais: Sem Glúten. Apresentação: Mistura em Pó, pacote com 300 gramas.
620868	PÃO TRADICIONAL SEM GLÚTEN Tipo sanduíche fatiado. Embalado em atmosfera protetora. Unidades de pelo menos 175 gramas.

**16. A CONTRATAÇÃO SERÁ GLOBAL, POR LOTES DE ITENS OU POR ITENS**

- ( ) Global  
( ) Lote(s) de Itens  
(X) Por Itens





Município de  
**Dois Vizinhos**  
Estado do Paraná

**17. O SERVIÇO OU PRODUTO SE CLASSIFICA COMO?**

- ☒ (X) Bens e serviços comuns  
☐ ( ) Bens e serviços especiais  
☐ ( ) Serviço comum de engenharia  
☐ ( ) Serviço especial de Engenharia

O objeto deste procedimento licitatório consiste no fornecimento de gêneros alimentícios destinados à alimentação escolar, classificados como bens de natureza comum, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser definidos de forma objetiva e precisa no edital, com base em especificações técnicas amplamente utilizadas no mercado. Trata-se de produtos com características padronizadas, ampla oferta e disponibilidade comercial, enquadrando-se no conceito de bens comuns conforme disposto no art. 6º, inciso XXVII, da Lei nº 14.133/2021.

- ☒ (x) Serviços e fornecimentos (produtos) contínuos  
☐ ( ) Serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra  
☐ ( ) Serviços não contínuos ou contratados por escopo  
☐ ( ) Serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual

O objeto deste procedimento licitatório refere-se ao fornecimento contínuo e regular de gêneros alimentícios destinados à alimentação escolar durante o período letivo, configurando uma necessidade permanente da administração pública para garantir a oferta adequada e ininterrupta das refeições aos alunos.

Trata-se de uma prestação continuada, pois os produtos devem ser entregues periodicamente conforme demanda das unidades escolares, garantindo o abastecimento constante, conforme os cardápios e planos nutricionais estabelecidos.

Essa característica enquadra o objeto na categoria de serviços e fornecimentos contínuos, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021, que define como tal os serviços e compras realizados pela Administração Pública para manutenção da atividade administrativa, decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas.

**18. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO**



Município de  
**Dois Vizinhos**  
Estado do Paraná

Não haverá exigência da garantia prevista nos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, pelas seguintes razões:

A natureza do objeto — fornecimento de gêneros alimentícios para a merenda escolar — envolve produtos perecíveis, com validade reduzida e consumo imediato, exigindo entregas frequentes e ágeis para atender à rotina das unidades escolares. Trata-se de uma contratação de execução simples e de baixo risco, sem complexidade técnica ou operacional relevante que justifique a imposição de garantia contratual.

A exigência de garantia, nesses casos, poderia onerar indevidamente os licitantes, impactando negativamente a competitividade do certame e elevando o custo global da contratação. Ademais, impor garantias em um contrato com entregas fracionadas e fiscalização contínua se revela desproporcional à natureza do fornecimento e ao risco envolvido.

Além disso, considerando a necessidade de abastecimento contínuo e imediato das escolas, eventuais entraves burocráticos decorrentes da exigência de garantia poderiam comprometer a celeridade do processo e prejudicar o atendimento adequado aos alunos.

Dessa forma, a dispensa da garantia contratual está alinhada ao princípio da eficiência administrativa (art. 5º da Lei nº 14.133/2021), garantindo maior agilidade e economicidade na execução contratual, sem prejuízo ao interesse público ou à segurança da Administração.

**19. CONCLUSÃO PELA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO**  
**(art. 18 § 1º inciso XIII da LEI 14.133/2021)** posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.

Diante das informações expostas, conclui-se pela viabilidade, legalidade e necessidade da contratação de empresa especializada no fornecimento de gêneros alimentícios destinados à alimentação escolar da rede pública municipal.

A contratação é essencial para assegurar o atendimento nutricional adequado de crianças e adolescentes durante o período escolar, promovendo o desenvolvimento físico e cognitivo, a melhoria do rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis. A alimentação escolar também desempenha papel fundamental na garantia do direito à educação de forma equitativa e inclusiva, especialmente para estudantes em situação de vulnerabilidade social.

Considerando a natureza do objeto, a projeção de demanda, os parâmetros legais aplicáveis e os impactos positivos esperados, a contratação



Município de  
**Dois Vizinhos**  
Estado do Paraná

ora proposta se apresenta como adequada e plenamente justificada, atendendo ao interesse público e aos princípios que regem a Administração Pública.

**20. MODALIDADE, CRITÉRIO, MODO DE DISPUTA, ETC**

(Art. 18, inciso VIII da Lei 14133/2021) a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;

- ☒ (x) Pregão
  - ☒ (x) Tradicional
  - ☐ ( ) SRP
- ☐ ( ) Concorrência, ☐ ( ) Tradicional ☐ ( ) SRP
- ☐ ( ) Concurso
- ☐ ( ) Leilão
- ☐ ( ) Dialogo Competitivo

**PROCEDIMENTOS AUXILIARES**

- ☐ ( ) Credenciamento (Inexigibilidade – Chamamento)
- ☐ ( ) Pré – Qualificação
- ☐ ( ) Procedimento de Manifestação de Interesse.

**CONTRATAÇÃO DIRETA:**

- ☐ ( ) Dispensa
  - ☐ ( ) com disputa
  - ☐ ( ) sem disputa
- ☐ ( ) Inexigibilidade de licitação

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:**

- ☐ ( ) Notória Especialização do Profissional
- ☒ (x) menor preço
- ☐ ( ) melhor técnica ou conteúdo artístico
- ☐ ( ) técnica e preço
- ☐ ( ) maior retorno econômico
- ☐ ( ) maior desconto
- ☐ ( ) maior lance



Município de  
**Dois Vizinhos**  
Estado do Paraná

**MODO DE DISPUTA: O MODO DE DISPUTA PODERÁ SER, ISOLADA  
OU CONJUNTAMENTE:**

- ☒ Aberto
- ☐ Fechado
- ☐ Aberto e Fechado
- ☐ Fechado e Aberto

**CARÁTER DO ORÇAMENTO ESTIMADO SIGILOSO**

- ☐ SIM
- ☒ NÃO

O orçamento estimado da contratação poderá ser divulgado, considerando que o sigilo não trará vantagem competitiva ou ganho de economicidade, tampouco comprometerá a eficiência da contratação pública.

**21. QUAL SERÁ A FONTE DOS RECURSOS A SEREM UTILIZADOS?**

- ☒ Recursos Próprios
- ☐ Recursos Estaduais
- ☐ Recursos Federais

Dois Vizinhos, 15 de julho de 2025.

**Leda Maria Ferrari**  
Gestora da Secretaria Mun. de Educação e Cultura  
Decreto N.º 20806/2024

**Pâmela Fernanda da Silva**  
Agente Administrativo  
Matrícula 18059-1



# Município de Dois Vizinhos Estado do Paraná

Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes

## MAPA DE RISCOS

<b>Objeto de contratação:</b> Aquisição de gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis a ser destinada a Merenda Escolar no ano letivo de 2025/2026.
<b>Nº da Portaria de designação da Comissão de Planejamento:</b>
<b>FASE DE ANÁLISE:</b>
<input checked="" type="checkbox"/> <b>Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor</b>
<input type="checkbox"/> <b>Gestão do Contrato</b>

RISCO 1			
<b>Descrever aqui o risco:</b> Recebimento com data de validade expirada			
<b>Probabilidade:</b>	<input checked="" type="checkbox"/> <b>Baixa</b>	<input type="checkbox"/> <b>Média</b>	<input type="checkbox"/> <b>Alta</b>
<b>Impacto:</b>	<input type="checkbox"/> <b>Baixa</b>	<input type="checkbox"/> <b>Média</b>	<input checked="" type="checkbox"/> <b>Alta</b>
<b>Dano</b>			
Consumir alimentos após a data de validade pode representar um risco para a saúde devido à deterioração dos alimentos ou ao crescimento de microrganismos patogênicos.			
<b>Ação Preventiva</b>		<b>Responsável</b>	
Conferir a rotulagem que deve estar clara e legível para indicar as datas de validade dos alimentos, facilitando a identificação dos produtos expirados.		Fiscal de Recebimento	
<b>Ação de Contingência</b>		<b>Responsável</b>	
Comunique o responsável pela entrega dos produtos para a troca, reforçando a importância do cumprimento dos procedimentos estabelecidos.		Fiscal de Recebimento	
RISCO 2			
<b>Descrever aqui o risco:</b> Data de validade expirada após o recebimento			
<b>Probabilidade:</b>	<input checked="" type="checkbox"/> <b>Baixa</b>	<input type="checkbox"/> <b>Média</b>	<input type="checkbox"/> <b>Alta</b>
<b>Impacto:</b>	<input type="checkbox"/> <b>Baixa</b>	<input type="checkbox"/> <b>Média</b>	<input checked="" type="checkbox"/> <b>Alta</b>
<b>Dano</b>			
Consumir alimentos após a data de validade pode representar um risco para a saúde devido à deterioração dos alimentos ou ao crescimento de microrganismos patogênicos.			
<b>Ação Preventiva</b>		<b>Responsável</b>	
Controlar a validade dos alimentos no estoque		Merendeira	
<b>Ação de Contingência</b>		<b>Responsável</b>	
Dar preferência pelo consumo dos produtos estocados a mais tempo.		Merendeira	
RISCO 3			
<b>Descrever aqui o risco:</b> Armazenamento inadequado			
<b>Probabilidade:</b>	<input checked="" type="checkbox"/> <b>Baixa</b>	<input type="checkbox"/> <b>Média</b>	<input type="checkbox"/> <b>Alta</b>



# Município de Dois Vizinhos Estado do Paraná

<b>Impacto:</b>	<input type="checkbox"/> Baixa	<input type="checkbox"/> Média	<input checked="" type="checkbox"/> Alta
<b>Dano</b>			
Se os alimentos não forem armazenados corretamente, como em temperaturas inadequadas ou em condições higiênicas precárias, podem estragar mais rapidamente e aumentar o risco de contaminação.			
<b>Ação Preventiva</b>		<b>Responsável</b>	
Garantir que as instalações de armazenamento estejam em conformidade com os regulamentos de segurança alimentar, incluindo sistemas de refrigeração e congelamento adequados, além de áreas separadas para armazenamento de alimentos crus e prontos para consumo.		Fiscal de Recebimento	
<b>Ação de Contingência</b>		<b>Responsável</b>	
Avaliar os riscos à saúde associados aos alimentos armazenados inadequadamente. Se houver suspeita de contaminação ou deterioração, considere a possibilidade de descarte seguro.		Merendeira e Fiscal de Recebimento	
<b>RISCO 4</b>			
<b>Descrever aqui o risco:</b> Contaminação Microbiológica			
<b>Probabilidade:</b>	<input checked="" type="checkbox"/> Baixa	<input type="checkbox"/> Média	<input type="checkbox"/> Alta
<b>Impacto:</b>	<input type="checkbox"/> Baixa	<input type="checkbox"/> Média	<input checked="" type="checkbox"/> Alta
<b>Dano</b>			
Alimentos contaminados por bactérias, vírus, fungos ou parasitas podem causar doenças transmitidas por alimentos (DTAs), como intoxicação alimentar, gastroenterite, salmonelas, entre outras.			
<b>Ação Preventiva</b>		<b>Responsável</b>	
Armazenar os alimentos em temperaturas seguras para evitar o crescimento de microrganismos patogênicos. Isso inclui manter alimentos refrigerados ou congelados adequadamente e cozinhar alimentos a temperaturas seguras antes de servir.		Merendeira	
<b>Ação de Contingência</b>		<b>Responsável</b>	
Remover imediatamente os produtos contaminados do estoque e isola-los para evitar a contaminação cruzada com outros alimentos.		Merendeira	
<b>RISCO 5</b>			
<b>Descrever aqui o risco:</b> Contaminação química			
<b>Probabilidade:</b>	<input checked="" type="checkbox"/> Baixa	<input type="checkbox"/> Média	<input type="checkbox"/> Alta
<b>Impacto:</b>	<input type="checkbox"/> Baixa	<input type="checkbox"/> Média	<input checked="" type="checkbox"/> Alta
<b>Dano</b>			
Produtos químicos, como pesticidas, herbicidas, produtos de limpeza e toxinas naturais, podem contaminar os alimentos, representando um risco para a saúde humana.			
<b>Ação Preventiva</b>		<b>Responsável</b>	
Separar os alimentos de forma adequada e isolado de produtos de limpeza e outros agentes químicos.		Fiscal de Recebimento e Merendeira	





# Município de Dois Vizinhos Estado do Paraná

Ação de Contingência		Responsável
Remover imediatamente os produtos contaminados do estoque.		Fiscal de Recebimento e Merendeira
RISCO 6		
Descrever aqui o risco: Contaminação física		
Probabilidade:	( X ) Baixa                      (   ) Média                      (   ) Alta	
Impacto:	(   ) Baixa                      (   ) Média                      ( X ) Alta	
Dano		
A presença de objetos estranhos nos alimentos, como fragmentos de vidro, metal ou plástico, representa um risco de lesão física ao consumidor.		
Ação Preventiva		Responsável
Armazene os alimentos em condições adequadas, utilizando embalagens robustas e protegendo os produtos de possíveis danos físicos durante o transporte e o armazenamento.		Fiscal de Recebimento e Merendeira
Ação de Contingência		Responsável
Remover imediatamente os produtos contaminados do estoque.		Fiscal de Recebimento e Merendeira

**GESTOR:** Leda Maria Ferrari

**SECRETARIA SOLICITANTE:** Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

**RESPONSÁVEL:** Pâmela Fernanda da Silva

**Dois Vizinhos, 09 de julho de 2025.**



**MODELO DE TERMO DE REFERÊNCIA**  
**Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**  
**AQUISIÇÕES**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS**

(Processo Administrativo nº 1.875/2025)

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

Aquisição de gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis a ser destinada a Merenda Escolar no ano letivo de 2025/2026, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

<b>Ampla Concorrência</b>						
Item	Código do produto/serviço	Nome do produto/serviço	Qtde	UN	Preço máximo	Preço máximo total
1	29834966 463568	CAFE SOLÚVEL EM PÓ GRANULADO de alta qualidade, embalagem contendo 200 gramas.	3.750	UN	26,91	100.912,50
2	29834965 463570	CAFÉ SOLÚVEL EM PÓ DESCAFEINADO de alta qualidade, embalagem contendo 50 gramas. Deve conter a escrita "não contém glúten".	7.500	UN	13,32	99.900,00
<b>TOTAL</b>						<b>200.812,50</b>
<b>Cota Reservada para Microempresas e Empresa de Pequeno Porte</b>						
Item	Código do produto/serviço	Nome do produto/serviço	Qtde	UN	Preço máximo	Preço máximo total
3	29834966 463568	CAFE SOLÚVEL EM PÓ GRANULADO de alta qualidade, embalagem contendo 200 gramas.	1.250	UN	26,91	33.637,50
4	29834965 463570	CAFÉ SOLÚVEL EM PÓ DESCAFEINADO de alta qualidade, embalagem contendo 50 gramas. Deve conter a escrita "não contém glúten".	2.500	UN	13,32	33.300,00
<b>TOTAL</b>						<b>66.937,50</b>
<b>Exclusivo para Microempresas e Empresa de Pequeno Porte</b>						
Item	Código do produto/serviço	Nome do produto/serviço	Qtde	UN	Preço máximo	Preço máximo total
5	29834964 436134	ADOÇANTE NATURAL dietético líquido, sem sacarina sódica e ciclamato de sódio. Frasco com no mínimo 100ml.	10	UN	11,96	119,60
6	29834967 482951	CANELA EM RAMA Embalagem com 20 gramas.	200	UN	4,74	948,00

7	29834968 463690	CANJICA BRANCA tipo 1, despelculada, pacote com 0,500 gramas. Deve conter a escrita 'não contém glúten'.	1.000	UN	7,78	7.780,00
8	29834969 463971	CEREAL MATINAL DE MILHO SEM AÇÚCAR embalagem de plástico de 500 g.	2.000	UN	14,46	28.920,00
9	29834970 463971	CEREAL MATINAL SEM GLÚTEN/LACTOSE Deve constar na embalagem a ausência de glúten e leite no produto. Embalagem com no mínimo 200 gramas. Devem constar as características do produto, data de fabricação e validade, não inferior a 06 (seis) a partir da data de entrega.	400	UN	17,03	6.812,00
10	29834971 480294	COOKIE INTEGRAL sem adição de leite e derivados. Embalagem de 150 gramas.	700	UN	13,51	9.457,00
11	29834972 616981	COOKIE INTEGRAL SEM GLÚTEN Sem adição de leite e derivados. Embalagem de 150 gramas.	400	UN	13,51	5.404,00
12	29834973 446536	CREME DE LEITE TIPO NATA SEM LACTOSE Creme de Leite: Teor de restrição: sem lactose. Características Adicionais: Creme tipo Nata, embalagem com mínimo de 200g.	400	UN	9,59	3.836,00
13	29834974 462687	DOCE DE FRUTAS DIET Características: cremoso, sabores diversos, isento de açúcar. Embalagem com no mínimo 200 gramas.	2.000	UN	15,66	31.320,00
14	29834975 447375	LEITE EM PÓ INTEGRAL SEM LACTOSE pode conter vitaminas e minerais. Embalagem de pelo menos 300 g.	2.000	UN	17,33	34.660,00
15	29834976 480340	MACARRÃO ESPAGUETE SEM GLÚTEN Macarrão de arroz espagete sem glúten. Embalagem de pelo menos 400g.	1.000	UN	7,38	7.380,00
16	29834977 458980	MASSA SECA PARAFUSO Com vegetais, com ovos, tipo Parafuso, embalagem de plástico de com no mínimo 500 g	4.000	UN	7,15	28.600,00
17	29834978 620493	MISTURA ALIMENTÍCIA 30% INTEGRAL Ingredientes: Leite Em Pó, Açúcar, Farinha De Aveia, Banana. Sabor: Aveia, Banana. Características Adicionais: Enriquecido Com Vitaminas e Minerais. Apresentação: Mistura Em pó, pacote com 400 gramas.	5.000	UN	10,36	51.800,00
18	29834979 620461	MISTURA ALIMENTÍCIA TORTA SALGADA Ingredientes: Farinha de Arroz, Amido de Milho, Polvilho Doce, Aplicação: Torta Salgada. Características Adicionais: Sem Glúten. Apresentação: Mistura em Pó, pacote com 300 gramas.	2.000	UN	5,49	10.980,00
19	29834980 442811	SUCO DE LARANJA INTEGRAL Sem adição de açúcar. Embalagem de plástico de 900ml.	3.000	UN	15,80	47.400,00
20	29834981 463831	COUVE FLOR de 1ª qualidade, sem danos mecânicos causados por pragas. Embalado em sacos de polietileno atóxico, inodoro e transparente. Cabeça de no mínimo 800g.	4.000	UN	9,97	39.880,00
21	29834982 446707	IOGURTE NATURAL INTEGRAL ZERO LACTOSE Ingredientes Leite integral, leite em pó desnatado, proteínas lácteas, enzima lactase e fermentos lácteos. Embalagem de 170g.	3.500	UN	6,56	22.960,00

22	29834983 482782	IOGURTE NATURAL Teor Gordura: Integral Sabor: Natural. Tipo Restrição: Zero Lactose. Embalagem de 500g. Feito com leite de vaca A2A2	2.000	UN	13,40	26.800,00
23	29834984 463700	MARGARINA SEM LEITE/LACTOSE Gordura vegetal; tipo: margarina; subtipo: cremosa; composição básica: mínimo de 80% de gordura; sabor: sem sal; características adicionais: Sem traços de leite/Lactose, embalagem de no mínimo 500 gramas de polietileno atóxico e resistente	150	UN	14,86	2.229,00
24	29834985 620868	PÃO TRADICIONAL SEM GLÚTEN Tipo sanduíche fatiado. Embalado em atmosfera protetora. Unidades de pelo menos 175 gramas.	300	UN	19,17	5.751,00
<b>TOTAL</b>						<b>373.036,60</b>

Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados do(a) da publicação no PNCP, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

O fornecimento de bens é enquadrado como continuado tendo em vista o Estudo Técnico Preliminar

O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir:

- I) ID PCA no PNCP: 76205640000108-0-000001/2025
- II) Data de publicação no PNCP: 17/06/2024, última atualização: 25/10/2024
- III) Id do item no PCA: 987541-228/2025
- IV) Identificador da Futura Contratação: Conforme tabela baixo

ID DO ITEM NO PCA	NOME DA CLASSIFICAÇÃO SUPERIOR (CLASSE/GRUPO)	DESCRIÇÃO DO ITEM
2894	Alimentos Especiais Dietéticos e Preparados Alimentícios	Aspecto físico: líquido, características adicionais: acidulante ácido cítrico, de sódio, ingredientes: sucralose, acessulfame de potássio, benzoato de sód, tipo: dietético
2875	Condimentos e produtos correlatos	Tipo: canela, apresentação: pó
2890	Café, chá e chocolate	Apresentação: solúvel granulado, intensidade: média, tipo: tradicional, característica adicional: descafeinado
2911	Café, chá e chocolate	Apresentação: solúvel granulado, intensidade: média, tipo: tradicional
2861	Produtos de panificação e cereais	Tipo: flocos pré-cozidos, ingredientes principais: milho,

		ingredientes adicionais: fortificado com vitaminas e minerais, característica adicional: sem açúcar
2862	Produtos de panificação e cereais	Tipo: flocos pré-cozidos, ingredientes principais: milho, ingredientes adicionais: fortificado com vitaminas e minerais, característica adicional: sem açúcar
2900	Produtos de panificação e cereais	Características adicionais: integral, ingredientes: açúcar, farinha de trigo integral, manteiga, sabor: baunilha, tipo: cookies.
2901	Produtos de panificação e cereais	Características adicionais: sem lactose, sem glúten, sabor: cacau, tipo: cookies.
2815	Frutas, Verduras e legumes	Tipo: couve-flor
2893	Ovos e laticínios	Teor gordura: 21 a 40% de gordura, processamento: uht
2793	Ovos e laticínios	Tipo: iogurte natural, Teor gordura: integral, sabor: sem sabor
2794	Ovos e laticínios	Tipo: iogurte natural, Teor gordura: integral, sabor: sortidos, componentes: com polpa ou pedaços de fruta, tipo restrição: zero lactose
2789	Ovos e laticínios	Origem: de vaca, teor gordura: integral, solubilidade: instantâneo, tipo restrição: zero lactose
2849	Produtos de panificação e cereais	Teor de umidade: massa seca, base da massa: de farinha de trigo, apresentação: letrinhas
2870	Óleos e gorduras comestíveis	Tipo: margarina, subtipo: cremosa, composição básica: mínimo de 80% de gordura, sabor: sem sal
2846	Produtos de panificação e cereais	Teor de umidade: massa seca, base da massa: de farinha de trigo, apresentação: com ovos parafuso
2891	Bebidas não alcoólicas	Apresentação: líquido, sabor: uva, tipo: integral, características adicionais: concentrado e sem adição de açúcar, validade: 5

ITENS NÃO CONTEMPLADOS	
463690	CANJICA BRANCA tipo 1, despeliculada, pacote com 0,500 gramas. Deve conter a escrita 'não contém glúten'.
462687	DOCE DE FRUTAS DIET Características: cremoso, sabores diversos, isento de açúcar. Embalagem com no mínimo 200 gramas.
620493	MISTURA ALIMENTÍCIA 30% INTEGRAL Ingredientes: Leite Em Pó, Açúcar, Farinha De Aveia, Banana. Sabor: Aveia, Banana. Características Adicionais: Enriquecido Com Vitaminas e Minerais. Apresentação: Mistura Em pó, pacote com 400 gramas.
620461	MISTURA ALIMENTÍCIA TORTA SALGADA Ingredientes: Farinha de Arroz, Amido de Milho, Polvilho Doce, Aplicação: Torta Salgada. Características Adicionais: Sem Glúten. Apresentação: Mistura em Pó, pacote com 300 gramas.
620868	PÃO TRADICIONAL SEM GLÚTEN Tipo sanduíche fatiado. Embalado em atmosfera protetora. Unidades de pelo menos 175 gramas.

### 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

#### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

Alimentos Perecíveis:

- a) Os alimentos perecíveis devem atender a padrões rigorosos de qualidade e frescor para garantir a segurança alimentar e a satisfação do cliente.
- b) Os fornecedores de alimentos perecíveis devem demonstrar práticas seguras de manuseio e armazenamento para garantir a integridade dos produtos durante o transporte e o armazenamento.
- c) Se os alimentos perecíveis exigirem refrigeração ou congelamento, os fornecedores devem ter sistemas de transporte e armazenamento que mantenham a cadeia de frio intacta para evitar a deterioração dos produtos.
- d) Os alimentos perecíveis devem ser claramente rotulados com informações sobre a data de validade, condições de armazenamento e qualquer outra informação relevante para o consumidor e de acordo com o disposto pela ANVISA.
- e) Os gêneros deverão ser entregues de forma a garantir a qualidade e o grau de maturação durante o período de uso, caso se apresentarem impróprios para consumo (larvas, insetos, bolores, deterioração), após período de entrega, deverão ser trocados ou substituídos em até 24 (vinte e quatro) horas, para plena execução do cardápio

Alimentos Não Perecíveis:

- a) Embora os alimentos não perecíveis possam ter uma vida útil mais longa, eles ainda devem atender a padrões de qualidade e segurança alimentar para garantir que sejam seguros para consumo.
- b) Os alimentos não perecíveis devem ser embalados de forma adequada para protegê-los de danos durante o transporte e o armazenamento, além de garantir sua integridade até o momento do consumo
- c) Os alimentos não perecíveis devem ser rotulados corretamente de acordo com as regulamentações locais, incluindo informações nutricionais, lista de ingredientes, data de validade e instruções de armazenamento.

#### **Sustentabilidade**

Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

Atenta aos possíveis impactos ambientais decorrentes da execução contratual, a Administração Municipal estabelece que a empresa contratada deverá adotar práticas alinhadas ao desenvolvimento nacional sustentável, conforme o artigo 225 da Constituição Federal de 1988 e as diretrizes da legislação ambiental vigente.

A contratação de gêneros alimentícios para a alimentação escolar envolve etapas que podem gerar efeitos ambientais significativos, os quais devem ser cuidadosamente gerenciados. Entre os principais pontos críticos estão o transporte e a embalagem dos produtos. Longas distâncias no deslocamento de alimentos contribuem para a emissão de gases de efeito estufa, enquanto o uso excessivo de embalagens plásticas e não recicláveis agrava o problema da geração de resíduos sólidos.

Outro aspecto relevante está nos métodos de produção agrícola. O uso intensivo de agrotóxicos e fertilizantes químicos pode causar degradação do solo e contaminação de corpos d'água. Em contrapartida, práticas sustentáveis como o cultivo orgânico, a rotação de culturas e o uso racional dos recursos naturais promovem a preservação ambiental.



Para mitigar esses impactos, a Administração prioriza a contratação de fornecedores locais, especialmente cooperativas da agricultura familiar, o que reduz a pegada de carbono no transporte e fomenta práticas de produção mais sustentáveis.

Também se destaca a importância de medidas para reduzir o desperdício de alimentos no ambiente escolar. A adoção de boas práticas de armazenamento, planejamento adequado dos cardápios e campanhas de conscientização junto a alunos e servidores são estratégias fundamentais para minimizar perdas e o descarte inadequado de resíduos orgânicos.

Além disso, será valorizada a contratação de empresas que utilizem embalagens recicláveis, reutilizáveis ou biodegradáveis, bem como aquelas que demonstrem comprometimento com práticas ambientais responsáveis ao longo de sua cadeia produtiva.

Dessa forma, busca-se garantir que a execução do contrato contribua para a promoção de uma alimentação escolar saudável, ao mesmo tempo em que se preservam os recursos naturais e se incentiva uma cultura de sustentabilidade no âmbito da administração pública.

#### **Indicação de marcas ou modelos**

Não se aplica a essa contratação a indicação de marcas ou modelos.

#### **Da vedação de contratação de marca ou produto**

Não há marcas ou produtos vedados para a contratação.

#### **Subcontratação**

Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### **Garantia da contratação**

Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

#### **Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte:**

Na presente licitação, será realizada a reserva de cota de até vinte e cinco por cento do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.

Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos fornecedores remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8º, §4º, do Decreto n. 8.538, de 2015.

#### **Margem de Preferência:**

Aplica-se a margem de preferência conforme descrito a seguir:

Fica concedido tratamento favorecido, diferenciado, simplificado e regionalizado de acordo com o disposto no Decreto Municipal nº 21.231/2024.

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **Condições de Entrega**

O prazo de entrega dos gêneros alimentícios será de 15 (quinze) dias, contados a partir do envio do cronograma semanal.

Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 7 (sete) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

Os produtos que no ato da entrega não apresentarem as características licitadas de descrição e data de validade, não serão aceitos e deverão ser repostos de forma adequada em no máximo 5 (cinco) dias.

O município rejeitará produtos que estejam com embalagem violadas e/ou danificadas.

As condições higiênico-sanitárias para a entrega deverão estar em conformidade com a Resolução nº 275, de 21 de outubro de 2002, e com a Portaria nº 326, de 30 de julho de 1997, aplicando-se tanto ao Lote 1 quanto ao Lote 2.

Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço conforme Relação de Instituições de Ensino Municipais – Dois Vizinhos:

<b>Escolas Municipais</b>	
<b>28 de Novembro</b>	Rua Padre Anchieta, n.º 759, Centro Norte, 3536-2197
<b>Carrossel</b>	Rua Mascarenhas de Moraes, n.º 215, São Francisco de Assis, 3536-5792
<b>Jardim da Colina</b>	Rua Laurindo Menegat, n.º 526, Margarida Galvan, 3536-4129
<b>João Paulo II</b>	Prolongamento da rua Frederico Galvan, n.º 505, São Francisco Xavier, 3536-6476
<b>Lonny Lange</b>	Travessa Dona Maria Piana, n.º 264, Centro, 3536 6995
<b>Nossa Sra. de Lourdes</b>	Rua Rio Grande do Norte, s/n, Nossa Senhora de Lourdes, 3536-3082
<b>Presidente Vargas</b>	Rua Paraná, n.º 1122, Centro Sul, 3536-1352
<b>Santa Luzia</b>	Rua Argentina, n.º 168, Santa Luzia, 3536-1743
<b>Tia Anastácia</b>	Avenida Rio Grande do Sul, n.º 1332, Sagrada Família, 3536-4005
<b>Escolas Interior</b>	
<b>José Bonifácio</b>	Linha Empossado, 3581-5144
<b>Juscelino K.</b>	Santa Lúcia, 3536-8715
<b>Nossa Sra. da Salete</b>	São Francisco do Bandeira, 9106-9998
<b>Plínio Salgado</b>	Linha Conrado, 3536-2094
<b>CMEIs</b>	
<b>Camila</b>	Rua Das Avenças, n.º 250, Jardim da Colina, 3536-5843
<b>Ciranda do Saber</b>	Rua Paraná, n.º 185, São Francisco Xavier, 3536-3936
<b>Mãe Maria</b>	Rua Argentina, n.º 94, Santa Luzia, 3536-3937
<b>Mariana</b>	Rua do Comércio, n.º 1226, São Francisco de Assis, Esq. com Mário de Barros – 855, 3536-4503
<b>Mundo Feliz</b>	Rua Mario de Barros, n.º 855, Centro, 3536-5573
<b>Nona Luíza</b>	Rua Paulo Antônio Godoy, n.º 285, Bairro da Luz, 3536-6109
<b>Prof. Nadir Ramuski</b>	Vereador Alexandre Antonello, n.º 105, Esperança, 3536-5822
<b>Sagrada Família</b>	Rua Santos Dumont, n.º 815, Sagrada Família, 3536-5145
<b>São Fco. De Assis</b>	Rua Osvaldo Aranha, n.º 567, São Francisco de Assis, 3536-2192
<b>Entidades</b>	

<b>AABB</b> aabbcomunidadev@hotmail.com	Rua João Dalpasquale, 3536-7894
<b>APADV</b> apadv.autistas@hotmail.com	Rua Júlio Nicolodi, n.º 84, Margarida Galvan, 3536-7360
<b>APAE</b> apaedoisvizinhos@hotmail.com	Rua Nereu Ramos, n.º 650, Centro Norte, 3536-1736
<b>EJA</b>	Rua Guilherme Guzzo, 1111-1261 – Centro, 3536-2536.

No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 70% (setenta por cento) do prazo total recomendado pelo fabricante.

### **Garantia, manutenção e assistência técnica**

O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### **Fiscalização**

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

### **Fiscalização Técnica**

O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

### **Fiscalização Administrativa**

O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

### **Gestor do Contrato**

Cabe ao gestor do contrato:

6.17.1. Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.17.2. Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.17.3. Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.17.4. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.17.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.17.6. Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.17.7. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

a) Der causa à inexecução parcial do contrato;

- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.5. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (zero vírgula por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias

7.2.6. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

7.2.7. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

7.2.8. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 25% (vinte e cinco por cento) do valor da contratação.

7.2.9. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

7.2.10. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

7.2.10.1. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

7.2.10.2. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## **8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

### **Recebimento**



Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 30 (trinta) dias úteis.

O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

### **Liquidação**

Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 8.12.1. O prazo de validade;
- 8.12.2. A data da emissão;
- 8.12.3. Os dados do contrato e do órgão contratante;
- 8.12.4. O período respectivo de execução do contrato;
- 8.12.5. O valor a pagar; e
- 8.12.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1. Verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.15.2. Identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **Prazo de pagamento**

O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice **IPCA** de correção monetária.

### **Forma de pagamento**

O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## **Antecipação de pagamento**

A presente contratação não permite a antecipação de pagamento.

## **Cessão de Crédito**

As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.39.1. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.39.2. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.39.3. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

## **Reajuste**

Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 4/8/2025.

Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

O reajuste será realizado por apostilamento.

## **9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço por item, com modo de disputa: aberto.

### **Forma de fornecimento**

O fornecimento do objeto será parcelado.

### **Exigências de habilitação**

Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

#### **Habilitação jurídica**

Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas

administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital/Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Distrital/Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### **Qualificação Econômico-Financeira**

Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$\begin{aligned} \text{LG} &= \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\ \\ \text{SG} &= \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\ \\ \text{LC} &= \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \end{aligned}$$

Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital – ECD ao Sped.

As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

### **Qualificação Técnica**

Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

### **Documentação Complementar**

Alvará expedido pela vigilância sanitária em plena validade, expedido pela autoridade sanitária competente.

### **Disposições gerais sobre habilitação**

Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

## **10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de **R\$ 640.786,60 (seiscentos e quarenta mil, setecentos e oitenta e seis reais e sessenta centavos)**, conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1 acima.



## 11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do município de Dois Vizinhos.

A Contratação Será Atendida Pela Seguinte Dotação:

- I) Órgão: 07 Secretaria de Educação e Cultura;
- II) Unidade: 001 Departamento de Ensino;
- III) Projeto Ou Atividade: 12.306.0006.2033 Merenda Escolar;
- IV) Conta De Despesa: 3.3.90.32.00.00 Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita; E
- V) Fonte De Recurso: 02280 E 00000 0000/01/07/00/00 Recursos Ordinários (Livres);  
02290 E 00107 0107/99/01/00/00 Salário-Educação;  
02300 E 00145 1042/09/01/06/00 Transferências de Recursos do FNDE Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE);

A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## 12. DISPOSIÇÕES FINAIS

As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Dois Vizinhos, 21 de agosto de 2025.

---

**Leda Maria Ferrari**

Gestora da Secretaria Municipal de Educação e Cultura  
DECRETO nº 20806 /2024



## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 34D7-EC0E-B1AB-EBAE

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ **BIANCA CRISTINA SCHREIBER** (CPF 085.XXX.XXX-35) em 21/08/2025 09:49:27 GMT-03:00  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ **TATIANA DUARTE** (CPF 984.XXX.XXX-00) em 21/08/2025 10:45:05 GMT-03:00  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ **JAILENE DALBOSCO** (CPF 037.XXX.XXX-75) em 21/08/2025 13:14:16 GMT-03:00  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ **ANA LUÍSA BARBOSA** (CPF 050.XXX.XXX-48) em 21/08/2025 14:05:00 GMT-03:00  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ **LEDA MARIA FERRARI** (CPF 023.XXX.XXX-70) em 21/08/2025 17:18:23 GMT-03:00  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://doisvizinhos.1doc.com.br/verificacao/34D7-EC0E-B1AB-EBAE>